

ENTRE O CLAUSTRO E A CLASSE: *agência feminina e tensões educativas em São Paulo*

Miriam Fernandes Muramoto
Claudia Maria Liba

Resumo

Este artigo analisa as disputas no campo educacional paulista nas primeiras décadas do século XX, com foco na atuação de congregações católicas femininas e nas tensões estabelecidas com a hierarquia eclesiástica. A partir da análise de fontes primárias custodiadas no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, especialmente correspondências produzidas por religiosas e autoridades, o estudo investiga as formas de *agência* mobilizadas por essas mulheres na condução de seus projetos educativos. A leitura dessas fontes é orientada pelas contribuições da história da cultura escrita, em particular pelos trabalhos de Maria Teresa Santos Cunha e Ana Chrystina Mignot, que compreendem as cartas como práticas de escrita e espaços de elaboração subjetiva. Do ponto de vista teórico, o artigo articula ainda as contribuições de Giddens, Saba Mahmood e Michel de Certeau, compreendendo a *agência* como prática situada, exercida no interior de estruturas hierárquicas. A análise evidencia que, embora submetidas a mecanismos de controle institucional, as religiosas desenvolveram estratégias de adaptação e negociação fundamentais para a consolidação de instituições educacionais confessionais. O estudo contribui para a História da Educação ao destacar o protagonismo feminino na constituição do campo educacional paulista e ao enfatizar a centralidade da escrita epistolar para a compreensão dessas experiências.

Palavras-chave: educação confessional; congregações católicas femininas; São Paulo; cultura escrita; agência feminina.

BETWEEN THE CLOISTER AND THE CLASSROOM: *female agency and educational tensions in São Paulo*

Abstract

This article analyzes disputes within the educational field of São Paulo in the early decades of the twentieth century, focusing on the role of female Catholic congregations and the tensions established with ecclesiastical hierarchy. Based on the analysis of primary sources preserved in the Archive of the Metropolitan Curia of São Paulo, particularly correspondence produced by religious women and ecclesiastical authorities, the study investigates the forms of *agency* mobilized by these women in the development of their educational projects. The reading of these sources is guided by the contributions of the history of written culture, especially the works of Maria Teresa Santos Cunha and Ana Chrystina Mignot, which understand letters as practices of writing and spaces of subjective elaboration. From a theoretical perspective, the article also draws on the contributions of Giddens, Saba Mahmood, and Michel de Certeau, understanding *agency* as a situated practice exercised within hierarchical structures. The analysis shows that, although subjected to institutional control mechanisms, these religious women developed strategies of adaptation and negotiation that were fundamental to the consolidation of confessional educational institutions. The study contributes to the History of Education by highlighting the role of women in shaping the educational field in São Paulo and by emphasizing the centrality of epistolary writing in understanding these experiences.

Keywords: confessional education; female catholic congregations; São Paulo; written culture; female agency.

entre el claustro y el aula:
agencia femenina y tensiones educativas en São Paulo

Resumen

Este artículo analiza las disputas en el campo educativo paulista en las primeras décadas del siglo XX, con énfasis en la actuación de congregaciones católicas femeninas y en las tensiones establecidas con la jerarquía eclesiástica. A partir del análisis de fuentes primarias custodiadas en el Archivo de la Curia Metropolitana de São Paulo, especialmente correspondencia producida por religiosas y autoridades, el estudio investiga las formas de *agencia* movilizadas por estas mujeres en la conducción de sus proyectos educativos. La lectura de estas fuentes se orienta por las contribuciones de la historia de la cultura escrita, en particular por los trabajos de Maria Teresa Santos Cunha y Ana Chrystina Mignot, que comprenden las cartas como prácticas de escritura y espacios de elaboración subjetiva. Desde el punto de vista teórico, el artículo también articula los aportes de Giddens, Saba Mahmood y Michel de Certeau, entendiendo la *agencia* como una práctica situada, ejercida en el interior de estructuras jerárquicas. El análisis muestra que, aunque sometidas a mecanismos de control institucional, las religiosas desarrollaron estrategias de adaptación y negociación fundamentales para la consolidación de instituciones educativas confesionales. El estudio contribuye a la Historia de la Educación al destacar el protagonismo femenino en la constitución del campo educativo paulista y al subrayar la centralidad de la escritura epistolar para la comprensión de estas experiencias.

Palabras clave: educación confesional; congregaciones católicas femeninas; São Paulo; cultura escrita; agencia femenina.

INTRODUÇÃO

*Quero, terei –
Se não aqui,
Noutro lugar que ainda não sei,
Nada perdi.
Tudo serei.
(Fernando Pessoa)*

Este artigo analisa as disputas no campo educacional paulista nas primeiras décadas do século XX, com foco na atuação de congregações católicas femininas e nas tensões estabelecidas com a hierarquia eclesiástica, tomando como recorte a cidade de São Paulo e, de modo mais específico, os bairros da Mooca e da Pompeia. Parte-se do pressuposto de que a inserção dessas religiosas no Brasil não se restringiu a um movimento de expansão espiritual, mas constituiu também uma estratégia de reconfiguração de espaços de atuação pedagógica e institucional, em um contexto marcado pelas restrições impostas ao ensino confessional na Europa (Leonardi, 2010).

Ao chegarem a São Paulo, em 1900, religiosas vinculadas a diferentes congregações — entre elas as Pequenas Irmãs da Divina Providência, com forte presença no bairro operário da Mooca, e as Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, atuantes na região em expansão urbana da Pompeia — encontraram uma cidade em acelerado processo de urbanização, impulsionado pela economia cafeeira, industrialização e pela intensa imigração, sobretudo italiana. Nesse cenário, caracterizado pela ampliação das desigualdades sociais e pela limitada presença do Estado nos campos da assistência e da educação, tais congregações passaram a atuar na criação de instituições voltadas à formação de meninas, especialmente oriundas de camadas populares, inscrevendo suas práticas no tecido urbano e participando da constituição de novas formas de sociabilidade.

A atuação dessas religiosas, no entanto, desenvolveu-se em meio a tensões institucionais significativas. Se, por um lado, a demanda social por escolarização e assistência favorecia a expansão de suas obras em diferentes regiões da cidade, por outro, a hierarquia da Igreja Católica, sob a liderança de Dom Duarte Leopoldo e Silva, buscava centralizar e normatizar as práticas das congregações, no contexto mais amplo do processo de romanização da Igreja no Brasil (Azzi, 2008; Beozzo, 1992). Tal dinâmica produziu conflitos em torno da autonomia administrativa, pedagógica e financeira dessas instituições, especialmente no que se refere ao papel das mulheres na condução de projetos educativos e à sua inserção em territórios urbanos específicos.

A historiografia sobre a educação católica no Brasil tem destacado, de modo consistente, o papel das congregações religiosas na constituição de redes escolares e assistenciais (Azzi, 2008; Leonardi, 2010). Contudo, ainda são relativamente escassos os estudos que investigam, a partir de fontes primárias, as formas de agência feminina no interior dessas instituições, particularmente no que diz respeito às estratégias mobilizadas pelas religiosas para negociar sua atuação frente às imposições da hierarquia eclesiástica e sua inserção concreta nos espaços urbanos. É nessa lacuna que este artigo se insere.

Do ponto de vista teórico, a análise mobiliza a noção de *agência*, conforme desenvolvida por Giddens (2000) e aprofundada por Saba Mahmood (2005), compreendida aqui como a capacidade de ação situada dos sujeitos em contextos estruturados por relações de poder. Tal perspectiva é articulada à contribuição de Michel de Certeau (1994), especialmente no que se refere às “táticas” cotidianas por meio das quais indivíduos e grupos operam dentro de estruturas que não controlam plenamente. Esse referencial permite compreender as religiosas não como sujeitos passivos, mas como agentes que, por meio de práticas discretas e estratégias situadas, produziram margens de autonomia no interior de um sistema hierárquico, ao mesmo tempo em que participavam da configuração de espaços educativos e religiosos na cidade.

Metodologicamente, o estudo fundamenta-se na análise de fontes primárias inéditas, especialmente correspondências custodiadas no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo (ACMSP). A leitura dessas cartas é orientada pelas contribuições da história da cultura escrita (Cunha, 2007; Mignot, 2015), que as compreende como registros privilegiados das experiências subjetivas, das redes de sociabilidade e das tensões institucionais vivenciadas pelos sujeitos históricos. O cruzamento entre a documentação produzida pela autoridade episcopal e as cartas das religiosas permite acessar diferentes perspectivas sobre os conflitos analisados, bem como compreender os modos pelos quais essas agentes se inseriam e atuavam em diferentes territórios da cidade.

A hipótese que orienta este trabalho é a de que, apesar das tentativas de controle e centralização por parte da hierarquia eclesiástica, as religiosas desenvolveram práticas de resistência e negociação que foram fundamentais para a consolidação de seus projetos educativos. Nesse sentido, a análise das trajetórias de figuras como Madre Teresa Michel e Madre Clélia Merloni, bem como das instituições por elas fundadas, permite evidenciar o protagonismo feminino na constituição do campo educacional paulista e na produção de territorialidades religiosas e educativas na cidade de São Paulo, em um contexto marcado por disputas de poder, redefinições institucionais e transformações sociais mais amplas.

O GOVERNO EPISCOPAL E O PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO EM SÃO PAULO

A compreensão das tensões que atravessaram as congregações femininas em São Paulo nas primeiras décadas do século XX exige a análise do governo episcopal de Dom Duarte Leopoldo e

Silva, primeiro arcebispo da cidade(1908-1938), cuja atuação esteve vinculada ao processo de romanização da Igreja no Brasil. Tal processo, conforme analisado por Azzi (2008), consistiu na reorganização institucional do catolicismo brasileiro segundo princípios ultramontanos, com ênfase na centralização da autoridade, na disciplina do clero e no alinhamento às diretrizes do Vaticano.

No contexto paulista, esse movimento acompanhou a rápida expansão urbana e o crescimento demográfico impulsionado pela economia cafeeira e pela imigração. Como observa Beozzo (1992), a constituição de uma Igreja institucionalmente forte era percebida como condição para a manutenção da ordem social em uma sociedade em transformação. Nesse cenário, as congregações religiosas, sobretudo as dedicadas à educação e à assistência, desempenharam papel central na implementação do projeto eclesialístico.

Entretanto, a relação entre a Cúria Metropolitana e as congregações femininas foi marcada por tensões. Se, por um lado, a presença dessas religiosas ampliava as redes educacionais e assistenciais da Igreja, por outro, sua relativa autonomia administrativa e pedagógica colocava desafios ao projeto de centralização episcopal. A atuação de lideranças femininas, especialmente das fundadoras, evidenciava formas de organização que nem sempre se adequavam às expectativas da hierarquia.

Nesse sentido, os conflitos envolvendo figuras como Madre Teresa Michel, Madre Clélia Merloni e Madre Paulina integram uma dinâmica mais ampla de institucionalização. Não se tratava apenas de disputas individuais, mas de tensões estruturais relacionadas à definição de competências, gestão de recursos e controle dos projetos educativos. A intervenção episcopal sobre essas congregações revela os limites da autonomia feminina na Igreja e, ao mesmo tempo, a importância estratégica dessas instituições para o projeto eclesialístico.

RELAÇÕES ENTRE IGREJA, ELITES E EDUCAÇÃO

A atuação de Dom Duarte Leopoldo e Silva não se restringiu ao âmbito eclesialístico, articulando-se também com as elites políticas e econômicas de São Paulo. Conforme aponta a historiografia (Azzi, 2008), a Igreja buscava fortalecer sua presença social por meio de alianças com grupos dirigentes, em um contexto marcado pela difusão de ideais laicistas e positivistas.

A educação constituiu um dos principais eixos dessa articulação. As instituições confessionais, sobretudo aquelas dirigidas por congregações europeias, eram valorizadas pelas elites como espaços de formação moral e cultural, conferindo distinção social às famílias que a elas tinham acesso. Nesse sentido, a presença de religiosas estrangeiras, portadoras de um capital cultural associado à tradição europeia, reforçava o prestígio dessas instituições.

No entanto, a inserção das congregações femininas nesse circuito não ocorreu sem tensões. Diferentemente de algumas ordens masculinas, com maior autonomia institucional, as congregações de mulheres foram submetidas a mecanismos mais intensos de vigilância e controle episcopal. Essa diferença evidencia a dimensão de gênero na organização do campo religioso e educacional.

A gestão das instituições educacionais tornou-se, assim, um espaço de disputa. As religiosas buscavam afirmar seus projetos pedagógicos e garantir a condução de suas obras, enquanto a Cúria procurava assegurar sua conformidade às diretrizes institucionais da Igreja. Esse movimento evidencia não apenas a centralidade da educação na estratégia eclesialística, mas também as negociações e conflitos que marcaram a atuação feminina nesse campo.

A CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA E A TERRITORIALIZAÇÃO NA MOOCA

A instalação da Casa da Divina Providência, em 1903, no bairro da Mooca, em São Paulo, insere-se no contexto de expansão das congregações católicas femininas em áreas marcadas pela urbanização acelerada e pela concentração de populações operárias. À época, a Mooca configurava-se como um dos principais polos industriais da cidade, com forte presença de imigrantes, sobretudo italianos, e condições sociais que evidenciavam a precariedade das políticas públicas de assistência e educação.

A Casa da Divina Providência integra o projeto de expansão da congregação fundada por Teresa Grillo Michel, em Alessandria, na Itália. Em razão das dificuldades enfrentadas em solo italiano, algumas religiosas foram enviadas em missão ao Brasil, onde estabeleceram a Casa em São Paulo. Esse deslocamento missionário articulou-se às estratégias de consolidação da congregação fora da Europa, permitindo a ampliação de sua atuação no campo assistencial e educativo em contextos marcados por forte urbanização e demandas sociais emergentes.

Nesse cenário, a atuação das Pequenas Irmãs da Divina Providência respondeu a demandas de acolhimento e formação de meninas, especialmente órfãs e filhas de trabalhadores. A missão inicial foi conduzida pela Irmã Maria Gillet, cuja atuação evidencia a capacidade organizativa das religiosas na implantação de instituições de assistência e instrução elementar. A Casa constituiu-se, assim, como um espaço híbrido, no qual práticas educativas e assistenciais se articulavam de modo indissociável.

Do ponto de vista pedagógico, a instituição desenvolveu uma proposta formativa baseada na articulação entre instrução básica, formação moral e religiosa e ensino de práticas domésticas. Tal modelo, difundido entre instituições confessionais femininas do período, visava à formação de um ideal de feminilidade associado à disciplina, ao trabalho e à moral cristã, ao mesmo tempo em que respondia às expectativas sociais de inserção das mulheres no universo do trabalho urbano e doméstico.

Conforme indicam estudos recentes (Muramoto, 2024), a atuação das religiosas na Casa da Divina Providência foi atravessada por tensões institucionais, especialmente na mediação entre o carisma fundacional e as diretrizes da Cúria Metropolitana. A gestão cotidiana exigiu constante negociação entre obediência hierárquica e preservação de seus projetos educativos. Nesse sentido, a experiência da Casa na Mooca evidencia não apenas sua função assistencial e pedagógica, mas também o protagonismo das religiosas na constituição de um espaço relativamente autônomo no interior de uma estrutura hierárquica.

EXPANSÃO DA CONGREGAÇÃO E PRÁTICAS DE AGÊNCIA

A análise da experiência da Casa da Divina Providência em escala local permite compreender, em perspectiva ampliada, os processos de consolidação e expansão da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência. Tal expansão não pode ser entendida apenas como movimento institucional planejado, mas à luz das práticas cotidianas de adaptação, negociação e permanência desenvolvidas pelas religiosas em diferentes contextos.

Nesse sentido, a noção de “táticas”, proposta por Michel de Certeau, oferece uma chave interpretativa relevante. Inseridas em uma estrutura hierárquica como a da Igreja Católica, as religiosas operaram em condições que não controlavam plenamente, mobilizando ações situadas para garantir a continuidade de suas obras. Essas práticas não se configuravam como

enfrentamentos diretos, mas como formas de ação que exploravam as margens do sistema institucional.

A trajetória da Congregação evidencia a construção de uma rede internacional de instituições, resultado de deslocamentos missionários, fundações locais e rearticulações constantes. Sob o Governo Provincial do Brasil, a Congregação conta atualmente com 22 casas distribuídas em estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Amapá, Distrito Federal e Goiás. Na América do Sul, destaca-se a presença de 7 casas na Argentina. No Governo de Roma, mantém casas na Itália, Polônia e Angola, além de 4 na Índia e 7 na região do Piemonte, Itália, território de origem (Muramoto, 2024).

Essa distribuição geográfica evidencia a capacidade de adaptação da Congregação a diferentes contextos socioculturais, mantendo a continuidade de seu carisma assistencial e educativo. A expansão institucional pode ser interpretada, assim, como resultado da agência das religiosas, que, por meio de práticas cotidianas, garantiram a permanência e a reconfiguração de sua missão em escala transnacional.

O INSTITUTO DAS APÓSTOLAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS: CRISE, DESLOCAMENTO E CONSOLIDAÇÃO

A gênese do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus remonta a 30 de maio de 1894, em Viareggio, Itália, sob a liderança de Madre Clélia Merloni. Filha de um empresário ligado à maçonaria, Clélia renunciou ao matrimônio burguês projetado por seu pai, Gioacchino Merloni, para seguir a vida religiosa, construindo uma vocação marcada por agência resiliente, mesmo diante de fragilidades de saúde e tensões familiares (Agasso Júnior, 2018). Conforme Wernet, Sbrissia e Simões (1999), sua decisão foi influenciada pela formação cristã recebida no ambiente doméstico, especialmente por sua madrastra e avó, o que lhe permitiu fundar, aos vinte anos, sua própria obra. O Instituto nasceu voltado à instrução e ao amparo de meninas órfãs e pobres, articulando vocação religiosa e ação educativa (Gori, 2017).

Desde sua origem, o carisma da congregação — sintetizado no lema *Caritas Christi Urget Nos* — expressa uma concepção de Sagrado que se projeta em práticas pedagógicas e assistenciais concretas. Como observa Oliveira (2015), a proposta educativa já em Viareggio incluía formação integral, com ensino de línguas, música e canto, estruturada por uma “pedagogia que passa pelo coração”. Assim, o Sagrado opera como princípio organizador da ação educativa e legitima a autoridade da fundadora.

Entretanto, a consolidação da obra foi atravessada por uma crise institucional decorrente do desvio do patrimônio do Instituto por Dom Clemente Leoni (Millea, 1997). A perda dos recursos colocou em risco sua continuidade, exigindo de Madre Clélia uma resposta espiritual e também estratégica-administrativa. Nesse contexto, a expansão missionária para o Brasil, iniciada em 1900, pode ser entendida também como resposta à vulnerabilidade institucional.

A aproximação com o bispo João Batista Scalabrini evidencia a capacidade de negociação de Clélia Merloni diante das estruturas eclesiais. Segundo Wernet, Sbrissia, Simões (1999), ela resistiu à fusão institucional que implicaria perda de autonomia e o nome de sua congregação, afirmando o carisma como elemento inegociável. Ao preservar as Constituições e objetivos do Instituto, garantiu a instalação das Apóstolas no Brasil com um projeto educativo próprio.

A expansão da congregação no Brasil, especialmente em São Paulo, desenvolveu-se sob um paradoxo: crescimento institucional simultâneo ao afastamento da fundadora, submetida a pressões

romanas e à vigilância episcopal (Simões, 2014). Esse descompasso evidencia tensões entre carisma e estrutura.

Nesse cenário, a *agência* feminina assume contornos estratégicos. Conforme Leonardi (2010), lideranças como Madre Marcelina Viganò mobilizaram práticas de negociação que lhes permitiram “habitar a norma” (Mahmood, 2005), operando dentro dos limites institucionais para garantir sobrevivência e expansão. A interlocução com elites paulistas e com o arcebispo viabilizou a passagem de obras assistenciais para colégios de prestígio.

A leitura de Gori (2017), ao mobilizar a metáfora do “grão de trigo”, permite interpretar o exílio e silenciamento de Clélia não apenas como derrota, mas como dimensão de uma espiritualidade que articula sacrifício e fecundidade. Essa dinâmica evidencia que a permanência do carisma não depende da presença física da fundadora, mas de sua reinterpretação por outras agentes. Como argumenta Leonardi (2010), a submissão ao “Bispo-Dono” não eliminou a autonomia, mas criou um campo de negociação entre diferentes formas de autoridade.

Assim, a inserção das Apóstolas em São Paulo até 1937 — inauguração do colégio na capital de São Paulo —, envolveu negociações entre carisma e institucionalização. Se a autoridade episcopal impunha limites, as religiosas desenvolveram estratégias de preservação e expansão. A noção de “decapitação administrativa” (Beozzo, 2015) ajuda a compreender os mecanismos de controle, sem esgotar as formas de adaptação.

Nesse sentido, o silêncio e afastamento de Clélia contribuíram para o apaziguamento institucional e para a continuidade indireta de sua *agência*, por meio de sucessoras e missionárias em São Paulo. A ação feminina, portanto, não se restringia à presença formal, mas incluía retração, mediação e delegação.

Paradoxalmente, o afastamento da fundadora coincidiu com a consolidação das obras no Brasil. Nas primeiras décadas do século XX, a congregação ampliou sua presença em São Paulo (Campinas, Jundiaí, Ribeirão Preto e Capital) e no Paraná, resultando no aumento do número de religiosas e na diversificação das atividades.

Esse processo de expansão não ocorreu sem tensões com a autoridade episcopal, mas foi viabilizado por negociações contínuas. As religiosas adaptaram-se às exigências sem abdicar integralmente do carisma fundacional. A expansão institucional expressa, assim, uma forma de *agência* feminina no interior da norma, sustentada por mediação, disciplina e gestão cotidiana. Nesse contexto, a escrita epistolar foi central na articulação entre espaços e autoridades.

A permanência dessas instituições evidencia a eficácia dessas estratégias. Mais do que sobrevivência, trata-se da afirmação de um projeto educativo e religioso capaz de se expandir e se inscrever de forma duradoura na história da educação brasileira. Nesse processo, o Sagrado opera não como abstração, mas como força que articula vocação, ação e institucionalização.

ESCRITA DE SI, CULTURA ESCRITA E EXPERIÊNCIA RELIGIOSA

A análise das dinâmicas institucionais que envolveram as congregações femininas em São Paulo fundamenta-se, neste estudo, no exame de fontes documentais custodiadas no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo (ACMSP), com destaque para a correspondência produzida por religiosas e autoridades eclesiásticas. Tais documentos permitem acessar não apenas aspectos administrativos, mas também dimensões subjetivas das experiências vividas por essas mulheres no interior de estruturas hierárquicas, evidenciando a articulação entre norma institucional e vivência cotidiana.

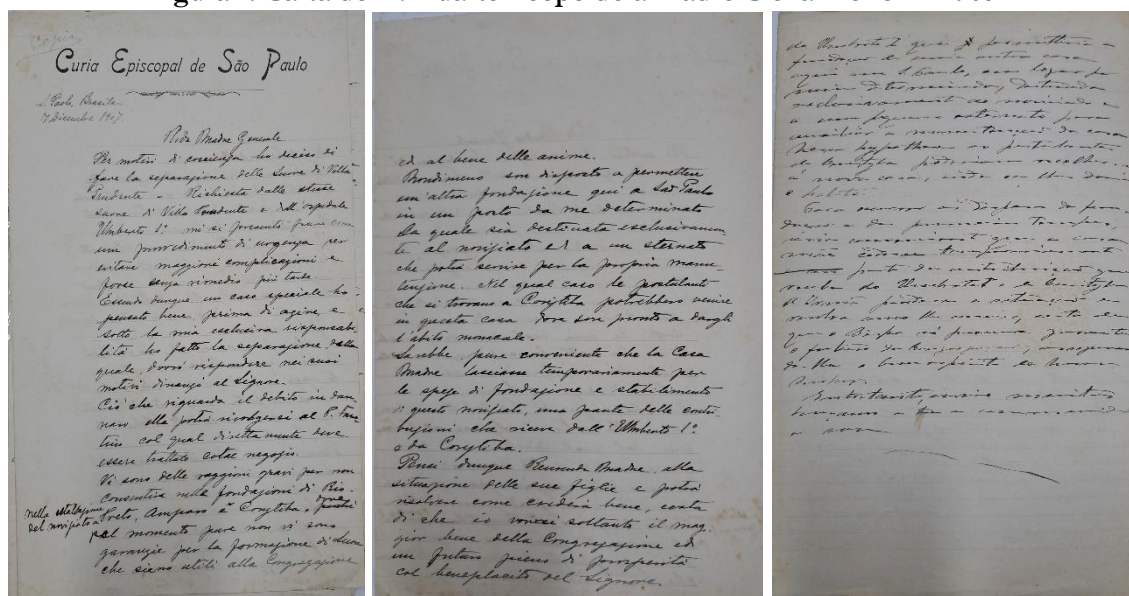
A abordagem dessas fontes orienta-se pelas contribuições da história da cultura escrita, especialmente pelos trabalhos de Maria Teresa Santos Cunha (2007) e Ana Chrystina Mignot (2024), que compreendem as cartas como práticas sociais de escrita. Nessa perspectiva, a correspondência não se reduz a um meio de comunicação, mas configura-se como um espaço de elaboração de si, no qual se registram percepções, tensões e estratégias de ação. As cartas constituem, assim, um campo privilegiado para a análise das formas de agência mobilizadas pelas religiosas no interior das instituições.

O cruzamento entre a correspondência episcopal e as cartas das religiosas evidencia a existência de tensões recorrentes no que se refere à condução das obras e à autonomia das congregações. Se, nos documentos produzidos pela autoridade episcopal, observa-se a tentativa de normatizar práticas e estabelecer limites à atuação das religiosas, nas cartas destas emergem registros de negociação, incerteza e, por vezes, formas indiretas de contestação às diretrizes impostas.

Em 1907, Dom Duarte Leopoldo e Silva escrevia para Madre Clélia Merloni, Superiora das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, tratando de questões relativas à organização institucional da congregação e à expansão de suas obras. A correspondência evidencia tanto a intervenção direta da autoridade episcopal quanto a necessidade de justificar decisões administrativas perante a liderança feminina. A seguir, apresenta-se um trecho dessa carta:

Excelentíssima Madre Superiora, recebi a carta de Vossa Reverência e passo a responder-lhe: a separação das irmãs de Vila Prudente foi realizada por mim, por motivos de consciência e sob minha exclusiva responsabilidade, julgando ter agido para o bem das almas e da Congregação; não posso consentir que se realizem novas fundações, como em Orlândia, Amparo e Conquista, sem que estejam devidamente asseguradas as condições necessárias para a formação das religiosas, especialmente no que se refere ao noviciado; considero conveniente que se estabeleça nesta Arquidiocese uma casa apropriada para o noviciado, onde possam reunir-se as postulantes vindas das diversas casas e, para isso, será necessário providenciar uma fundação em local adequado, que poderei indicar oportunamente; julgo também conveniente que a Casa Madre contribua, ao menos temporariamente, com os recursos necessários para o estabelecimento dessa nova fundação; tudo isso entendo ser para o maior bem da Congregação e para o melhor serviço de Deus. Deus guarde Vossa Reverência. Duarte Leopoldo e Silva, Arcebispo de São Paulo. (Carta de D. Duarte Leopoldo em 7 de dezembro de 1907).

Figura 1: Carta de D. Duarte Leopoldo à Madre Clélia Merloni - 1907



Fonte: Arquivo da Curia Metropolitana da Arquidiocese de São Paulo

As cartas de Dom Duarte evidenciam, de maneira significativa, as dinâmicas de poder e negociação entre a hierarquia eclesiástica e as congregações femininas no início do século XX. O tom justificativo adotado pelo arcebispo ao tratar da separação das irmãs de Vila Prudente — atribuída a “motivos de consciência” e assumida sob sua exclusiva responsabilidade — indica não apenas a existência de tensões internas, mas também a necessidade de legitimação de suas decisões. Tal procedimento pode ser compreendido à luz das reflexões de Michel Foucault (2008), especialmente no que se refere ao poder pastoral, entendido como uma forma de condução das condutas que se exerce por meio de práticas discursivas que orientam, regulam e produzem obediência.

Ao mesmo tempo, a correspondência revela uma preocupação com a organização institucional e a sustentabilidade das obras religiosas, ao restringir a expansão sem condições consideradas adequadas, sobretudo no que se refere à formação das religiosas e à organização do noviciado. Essa dimensão normativa pode ser interpretada, em diálogo com Roger Chartier (1990), ao considerar a escrita como prática social produtora de representações, e com Michel de Certeau (1994), ao evidenciar sua inserção em estratégias institucionais mais amplas.

Ao enquadrar suas decisões sob a justificativa do “bem das almas” e do “maior bem da Congregação”, Dom Duarte articula administração e espiritualidade, conferindo legitimidade religiosa a medidas práticas. A escrita epistolar configura-se, assim, como um espaço privilegiado de exercício de poder, no qual se entrelaçam autoridade, disciplina e direção institucional.

Se, na correspondência episcopal, o poder se manifesta de forma normativa e centralizadora, nas cartas produzidas no interior das congregações observa-se a elaboração de estratégias voltadas à manutenção da estabilidade institucional. No caso das Pequenas Irmãs da Divina Providência, as correspondências revelam a orientação de Madre Teresa Michel no sentido de adotar uma postura de contenção diante das intervenções externas, privilegiando formas indiretas de ação.

A carta dirigida à Irmã Domingas Porrini ilustra de maneira significativa essas orientações, ao articular, em uma mesma escrita, dimensões administrativas, espirituais e pedagógicas,

evidenciando o papel da correspondência como instrumento de governo e formação interna. A seguir, apresenta-se o documento:

V.J.M.J.

Alessandria, 14 de janeiro de 1932

Caríssima Irmã Domingas Porrini,

Recebi a tua e te agradeço como também da resposta que me deu com relação a Irmã Melania. Realmente esta nesses dias não se lamenta do seu mal e pode esperar ainda pela operação, tanto que já começou a assistência a uma doente grave e seria ruim se devesse muda-la. Pode dizer ao Senhor Presidente que o agradeço e que aproveitaremos de outra vez.

Diga-lhe também, sobre aquela que ele recomendou, que o pavilhão das boas filhas está completo, antes, está mais que cheio e que por isto não posso aceitá-la ainda. Assim que tenho lugar, daremos a ela. Apresenta-lhe meus obséquios como também ao Senhor Professor.

Porém, não dê tanta importância àquilo que dizem as enfermeiras ou as outras doentes. Mesmo se os administradores e os médicos perguntarem aos doentes como vocês os tratam, é um direito deles e pode ser que o façam para apoiar-vos e defender-vos no caso de alguém mais exigente se lamentasse.

O melhor é fazer de contas que não sabe e mostrar que vocês são superiores dessas coisas e que o importante é cumprir bem a vossa missão por amor de Deus e por temer o Seu julgamento e não o das criaturas. Fazendo assim, vereis que todos vos respeitarão e conquistareis a estima e a bondade de todos.

Com relação à Irmã Brígida, diga-lhe de minha parte que tenha paciência e freie o seu caráter para não suscitar dissabores e tornar a sua situação mais difícil. Com a paciência tudo se alcança, dizia Santa Teresa, e é uma vantagem para a dignidade da irmã e para sua alma, que não perde o mérito do seu trabalho junto a Deus, pois trabalha para a edificação e para a sua glória.

Oh, quanto temos necessidade de um pouco de humildade, pensando que somos súditas e não donas, como infelizmente geralmente se vê em nossas casas não sujeitas a administrações!

Perguntei à Irmã Giovanna por aquele trabalho que lhe havia pedido para a Igreja. Não pode terminar para o Natal devido à doença das crianças, mas para a Páscoa terminará. Quanto ao bloco Eucarístico que me pede, não o tenho mais. É uma pena, mas se tenho ocasião de ir a Turim comprarei outros e lhe enviarei.

Adeus. Saudações da Vigária e destas irmãs idosas para você e todas desta Casa. Com afeto, abraçando-lhe, creia-me.

Sua af.ma em N.S. Madre Teresa Michel

P.S. Irmã Melania lhe agradece pelo interesse por ela e lhe saúda. Irmã Ursulina vai sempre piorando. Reze por ela. É, porém, muito resignada que faz bem vê-la. (Carta de Madre Teresa Michel em 14 de janeiro de 1932) (Arquivo das Pequenas Irmãs da Divina Providência)

A carta de Madre Teresa Michel constitui um documento exemplar das práticas de *governo* e das formas de subjetivação no interior das congregações femininas. Ao tratar de questões concretas — como a gestão das internas, o acompanhamento das doentes e a organização das atividades —, a missiva evidencia o papel da correspondência como instrumento de regulação da vida institucional.

Contudo, para além dessa dimensão pragmática, a carta mobiliza um discurso normativo que incide diretamente sobre a formação das condutas. Ao recomendar atitudes de humildade, paciência e indiferença às críticas externas, Madre Teresa orienta as religiosas a deslocarem o eixo de suas ações para o plano do sagrado, afirmando que devem agir por “amor de Deus” e não pelo julgamento das “criaturas”. Tal perspectiva pode ser interpretada à luz de Michel Foucault, como expressão de um poder que opera na interioridade, conduzindo os sujeitos à internalização das normas.

Simultaneamente, ao afirmar que as irmãs devem reconhecer-se como “súditas e não donas”, explicita-se a incorporação de uma hierarquia que pode ser compreendida, em diálogo com Pierre Bourdieu (1996), como forma de violência simbólica, na medida em que naturaliza a submissão como valor positivo. Ainda assim, a própria escrita revela uma dimensão de agência feminina, pois Madre Teresa, ao orientar, corrigir e decidir, exerce uma autoridade que se constrói na intersecção entre governo institucional e direção espiritual.

Situação semelhante pode ser observada nas correspondências das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, nas quais lideranças como Madre Marcelina Viganò desenvolveram formas de negociação que permitiram a adaptação às exigências episcopais sem implicar a descaracterização completa do projeto fundacional. A escrita epistolar desempenha, nesse contexto, um papel central como instrumento de mediação entre diferentes instâncias de poder.

Além disso, a correspondência entre as missionárias no Brasil e as casas de origem na Europa evidencia a manutenção de vínculos institucionais e afetivos fundamentais para a preservação do carisma congregacional. Essas trocas funcionavam como mecanismos de circulação de orientações, compartilhamento de experiências e reafirmação identitária, especialmente em contextos marcados por incertezas e pressões externas. Nesse sentido, conforme argumenta Vasconcelos (2020), o estudo das instituições confessionais exige ultrapassar a leitura de suas normativas formais, buscando apreender, nas práticas e nos registros cotidianos, as dinâmicas concretas que as constituem.

Dessa forma, a análise da correspondência permite evidenciar que as religiosas, mesmo inseridas em estruturas de forte controle institucional, produziram espaços de elaboração subjetiva e de ação estratégica. As cartas não apenas registram experiências, mas constituem práticas por meio das quais essas mulheres negociaram sua atuação e garantiram a continuidade de seus projetos.

Nesse sentido, a escrita epistolar pode ser compreendida como uma forma de “escrita de si”, conforme problematizada por Michel Foucault. Longe de se restringirem a registros informativos, as cartas configuram-se como exercícios de elaboração subjetiva, nos quais se articulam direção espiritual, autoexame e orientação das condutas. Trata-se de uma tecnologia de si que opera simultaneamente em dois níveis: individual, ao orientar a interioridade das religiosas, e institucional, ao assegurar a coesão da comunidade.

Por fim, como indicam Maria Teresa Santos Cunha e Ana Chrystina Mignot, a correspondência constitui um espaço privilegiado de construção de identidades e de circulação de normas, no qual se entrelaçam experiências pessoais e expectativas institucionais. Assim, a escrita epistolar das congregações femininas revela-se como um lugar estratégico de observação das

formas pelas quais essas mulheres, longe de uma posição meramente passiva, produziram sentidos para sua ação e negociaram, no interior da norma, modos específicos de viver e significar a vocação religiosa.

AGÊNCIA, ESTRUTURA E AÇÃO SITUADA

A interpretação das práticas desenvolvidas pelas religiosas ao longo de suas trajetórias exige a mobilização da categoria de *Agência*, entendida como a capacidade de ação dos sujeitos em contextos estruturados por relações de poder. Essa perspectiva permite superar leituras que reduzem a experiência dessas mulheres à passividade, evidenciando sua participação ativa na construção de seus próprios espaços de atuação.

A noção de *agência* fundamenta-se na Teoria da Estruturação de Anthony Giddens (2000), para quem a ação social se constitui em relação dialética com a estrutura. Assim, as normas e restrições da hierarquia eclesiástica não são apenas constrangimentos, mas condições dentro das quais os sujeitos atuam, reinterpretando e, em certa medida, transformando essas estruturas.

Essa abordagem é complementada por Saba Mahmood (2005), que propõe uma concepção de *agência* desvinculada da ideia de resistência como oposição explícita. Para a autora, a agência pode se expressar na capacidade de habitar normas institucionais, produzindo ações que não implicam ruptura, mas modos de permanência e reconfiguração — especialmente pertinentes a contextos religiosos marcados por obediência e disciplina.

No caso das congregações analisadas, observa-se que as religiosas mobilizaram formas situadas de ação. Em alguns momentos, negociaram diretamente com autoridades; em outros, recorreram a estratégias discretas, como a adaptação de práticas institucionais ou a gestão das relações com a hierarquia e as elites locais. Essas práticas possibilitaram a consolidação de projetos educativos que, embora inseridos em estruturas hierárquicas, preservaram graus de autonomia.

A perspectiva de Emirbayer e Mische (1998) acrescenta a dimensão temporal da agência, evidenciando que as religiosas atuavam simultaneamente a partir do passado (carisma fundacional), do futuro (consolidação institucional) e do presente (condições concretas de ação). Essa articulação ajuda a compreender a complexidade de suas decisões em contextos de incerteza e pressão institucional.

Dessa forma, a categoria de *agência* mostra-se central para a interpretação das trajetórias analisadas, evidenciando que a consolidação das instituições educacionais confessionais não decorreu apenas de diretrizes hierárquicas, mas também das práticas cotidianas dessas mulheres, que produziram espaços de ação e continuidade no interior dessas estruturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite compreender que a constituição do campo educacional confessional em São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, foi marcada por dinâmicas complexas de negociação entre diferentes agentes e instâncias institucionais. Longe de se configurar como um processo linear ou homogêneo, a expansão das instituições vinculadas às congregações católicas femininas ocorreu em meio a tensões relacionadas à centralização do poder eclesiástico, às demandas sociais emergentes e às estratégias de atuação das próprias religiosas.

O exame das trajetórias de congregações como as Pequenas Irmãs da Divina Providência e as Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus evidencia que a atuação dessas mulheres não pode ser

reduzida à execução de diretrizes impostas pela hierarquia. Ao contrário, as fontes analisadas indicam que as religiosas desempenharam papel ativo na definição dos rumos de suas instituições, mobilizando práticas de adaptação, negociação e permanência em contextos marcados por limitações estruturais.

Nesse processo, a relação com a autoridade episcopal, particularmente no contexto do governo de Dom Duarte Leopoldo e Silva, revelou-se um elemento central. As tentativas de normatização e controle por parte da Cúria Metropolitana coexistiram com práticas cotidianas por meio das quais as religiosas buscaram preservar seus projetos educativos. Essa dinâmica evidencia que o exercício do poder no interior da Igreja não se deu de forma unidirecional, mas envolveu interações, acomodações e disputas.

A análise da correspondência custodiada no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo permitiu acessar dimensões pouco visíveis dessas experiências, evidenciando a escrita como espaço de elaboração subjetiva e de construção de estratégias de ação. As cartas revelam não apenas conflitos institucionais, mas também formas de interpretação e resposta a esses conflitos, contribuindo para a compreensão das práticas de agência mobilizadas pelas religiosas.

Do ponto de vista teórico, a articulação entre as contribuições de Giddens, Saba Mahmood e Michel de Certeau mostrou-se produtiva para a análise das formas de ação dessas mulheres. Ao considerar a *agência* como capacidade situada, que se exerce no interior de estruturas e por meio de práticas cotidianas, foi possível evidenciar que a consolidação das instituições educacionais confessionais resultou de processos nos quais a atuação feminina desempenhou papel decisivo.

Por fim, este estudo contribui para o campo da História da Educação ao destacar a centralidade das congregações femininas na constituição de redes escolares e assistenciais, bem como ao evidenciar a necessidade de aprofundar investigações baseadas em fontes primárias que permitam compreender as experiências e estratégias dessas mulheres. Em consideração a isto, a exploração de conjuntos documentais ainda não analisados, como a correspondência de irmã Cristina Pellizzari, que integrou as duas congregações, apresenta-se como um caminho promissor para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- AGASSO JÚNIOR, Domenico. *Clélia Merloni: o exílio do coração*. Tradução de Maria Aparecida de Oliveira. São Paulo: Paulinas, 2018.
- AZZI, Riolando. *A Igreja Católica da Formação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Santuário, 2008.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Belle Époque e a República: de Dom Duarte e Dom Arcoverde a Dom Leme. In: HAUCK, João Batista (org.). *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Tomo II/2. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 11-45.
- BEOZZO, José Oscar. *Pacto das Catacumbas: por uma Igreja servidora e pobre*. São Paulo: Paulinas, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. A escrita epistolar e a História da Educação. In: *REUNLÃO ANUAL DA ANPED*, 25, 2002, Caxambu.
- EMIRBAYER, Mustafa; MISCHE, Ann. What is Agency? *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 103, n. 4, p. 962-1023, Jan. 1998. Disponível Em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/231294>. Acesso em 06 ago. 2026.

- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GORI, Nicola. *Clélia Merloni*: o grão de trigo que caiu na terra e deu muito fruto. Tradução de Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus. São Paulo: Paulinas, 2017.
- LEONARDI, Paula. *Além dos espelhos*: Memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas. São Paulo: Editora Paulinas, 2010.
- MAHMOOD, Saba. *Politics of Piety*: the Islamic revival and the feminist subject. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- MILLEA, Mary Clare. *Com A Igreja - Um Estudo Jurídico Sobre O Iascj*. Santa Catarina: EDUSC, 1997.
- MIGNOT, Ana Chrystina. *Exercícios de escrita*: educação, memória e invenção de si. 1. ed. Curitiba: CRV, 2024.
- MURAMOTO, Miriam Fernandes. *Entre paredes*: a Casa da Divina Providência em São Paulo e a educação de meninas pobres no início do século XX. 2024. 560 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.
- OLIVEIRA, Vânia Cristina. *Planos de texto e sequências textuais descritivas no documento de Pastoral Escolar da Sagrado Rede de Educação*. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Centro de Comunicação e Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.
- SIMÕES, Ir. Cleamaria. *Valioso resgate histórico da Sede Provincial da Província de São Paulo: 1900–2004*. Bauru, SP: [s. n.], 2014.
- VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e os seus mestres*: a educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Editora Gryphus, 2020.
- WERNET, Augustin; SBRÍSSIA, Maria do Carmo; SIMÕES, Maria Cristina. *Madre Clélia Merloni*: a fundadora das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus. São Paulo: IASCJ, 1999.

Submetido em abril de 2026.

Aprovado em julho de 2026.

Informações das autoras

Miriam Fernandes Muramoto
Instituto Federal de São Paulo, Brasil
Email: miriam.fernandes@ifsp.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9938-1776>
Link Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7711694331133117>

Claudia Maria Liba
Universidade de São Paulo, Brasil
Email: claudia.liba@usp.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4807-4845>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7450879112817659>